



Relatório INSP-2019-0046

BI-2019-0011

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 21-03-2019

Hora: 10h00

Tipo: Ação Direta

Inspetor responsável: Paulo Martinho Pires

Outros inspetores da IRA:

Outros técnicos de entidades oficiais:

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, para seguimento da inspeção realizada em 29-06-2018 (BI-2018-0041) no sentido de verificar o cumprimento da notificação SAI-2018-0429, de 04-09-2018.

No local foi contactado o responsável do departamento de manutenção, o qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

No seguimento da análise da documentação obtida na primeira deslocação ao estabelecimento verificou-se ser necessário obter esclarecimentos complementares pelo que foi realizada uma nova visita à empresa no dia 28-03-2019.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Marques, Comércio a Retalho, S.A.

NIPC/NIF: 512014850

Sede/morada: Rua de São Gonçalo n.º 223

Código Postal: 9500-110

Freguesia: Ponta Delgada (S. Pedro)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

Telefone: 296302300

e-mail: info@solmar.pt

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Hipermercado Solmar

Endereço: Rua de São Gonçalo n.º 223

Código Postal: 9500-110

Freguesia: Ponta Delgada (São Pedro)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

Telefone: 296302300

e-mail: info@solmar.pt

Atividade: Comércio a retalho em supermercados e hipermercados

CAE: 47111



Período de funcionamento: O estabelecimento funciona das 7h00 às 22h00. Entre as 22h00 e as 6h00 existe apenas a presença de segurança. A equipa de limpeza entra às 6h00 e finaliza às 9h00.

Coordenadas DMS: 37°45'07,6" N; 25°39'24,7" O

2 – Situação observada

Relativamente às irregularidades detetadas na inspeção realizada em junho de 2018 verificou-se o seguinte:

a) O Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos

O plano interno de prevenção e gestão de resíduos encontrava-se disponível no estabelecimento.

b) Registo dos equipamentos que continham gases fluorados com efeitos de estufa

Na sequência da análise dos registos dos equipamentos de refrigeração e ar condicionado e dos esclarecimentos complementares obtidos na segunda deslocação ao estabelecimento (visita do dia 28-03-2019) concluiu-se o seguinte:

1. Os registos apresentados pelo operador para os equipamentos com gases fluorados com efeitos de estufa não continham toda a informação exigida nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (EU) n.º 517/2014, estando em falta, nomeadamente, a informação referida nas alíneas b), c), d), e) e f) daquele normativo. Encontravam-se identificados os equipamentos, com o tipo e quantidade de gases fluorados instalados, mas não estavam registadas as intervenções realizadas;
2. Possuía quatro equipamentos de refrigeração fixos, contendo cada um deles gás R404A em quantidades superiores a 500 toneladas equivalentes de CO₂, relativamente aos quais foram evidenciadas fichas de intervenção e deteção periódica de fugas emitidas por técnicos certificados, de empresa certificada;
3. Os quatro equipamentos referidos no número anterior não dispunham de um sistema de deteção de fugas automático;
4. Possuía pelo menos 6 equipamentos de ar condicionado e climatização com gases fluorados (R407C, e R417A), cada um com quantidades superiores a 5 toneladas equivalentes de CO₂, relativamente aos quais foram evidenciados relatórios de intervenção emitidos por empresa certificada;
5. Possuía pelo menos quatro equipamentos contendo substâncias que empobrecem a camada de ozono (R22), 3 dos quais com quantidades superiores a 3 kg, relativamente aos quais não foi evidenciada a realização de verificações periódicas para deteção de fugas, nomeadamente através da exibição da ficha de registo prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio.



c) Comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) dos dados sobre as quantidades de gases fluorados

À data da inspeção ainda não tinha terminado o prazo para a comunicação dos dados relativos ao ano civil de 2018 à APA. Assim notificou-se o operador para apresentar o comprovativo da submissão dos dados na plataforma eletrónica da APA até ao dia 1 de abril de 2019 (dia imediato após o término do prazo).

Até à data de conclusão do presente relatório não evidenciou ter efetuado a submissão dos dados na plataforma da APA.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram identificadas as seguintes irregularidades:

- a) Não possuía um registo dos equipamentos que continham gases fluorados com efeitos de estufa, em quantidades superiores ou iguais a 5 toneladas equivalentes de CO₂, com toda a informação prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (UE) 517/2014, de 16 de abril;
- b) Possuía quatro equipamentos de refrigeração fixos contendo R404A em quantidades equivalentes a 666 t CO₂ (dois equipamentos), 1129 t CO₂ e 2058 t CO₂, os quais não se encontravam equipados com sistemas de deteção de fugas para alertar o operador ou uma empresa de assistência técnica de qualquer fuga que pudesse ocorrer. Viola disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (EU) n.º 517/2014, de 16 de abril, o que constitui contraordenação ambiental grave nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, punível com coima de €12 000 a €216 000, nos termos da alínea b), n.º 3, artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;
- c) Possuía três equipamentos de ar condicionado fixos contendo substancias que empobrecem a camada de ozono (R22) com quantidades superiores a 3 kg (um com 22 kg, outro com 22 kg e outro com 20 kg), relativamente aos quais não evidenciou a realização de controlos periódicos para a deteção de fugas, com periodicidade de 12 meses, em violação ao disposto no n.º 2 do artigo 23.º do Regulamento (EU) 1005/2009, de 16 de setembro. Constitui contraordenação ambiental muito grave nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio, punível com coima de €24 000 a €5 000 000, nos termos da alínea b), n.º 4, artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;
- d) Não comunicou à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada em <https://formularios.apambiente.pt/gasesf/>, até 31 de março de 2019, os dados relativos ao ano civil de 2018 sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, o que constitui contraordenação ambiental leve,



nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 23.º do mesmo diploma, punível com coima de €2000 a €36 000 nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual.

4 – Indicações e medidas adotadas

Foram transmitidas as seguintes indicações:

- a) Considerando que possuía 4 equipamentos de refrigeração fixos com R404A, todos com uma carga superior a 40 toneladas equivalentes de CO₂, e considerando que o potencial de aquecimento global do R404A é superior a 2500, deverá equacionar as medidas a adotar tendo em conta as restrições relativas à utilização deste gás fluorado a partir de 1 de janeiro de 2020, impostas pelo n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril;

Foram adotadas as seguintes medidas:

- b) Notificação, ao abrigo do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, para cumprimento das disposições constantes do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril;
- c) Notificação, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, para regularização da infração mencionada na alínea b) do número anterior;
- d) Levantamento de auto de notícia pelas infrações mencionadas nas alíneas c) e d) do n.º anterior.

Ponta Delgada, 05 de abril de 2014

O Inspetor Superior Principal

(Paulo Martinho Pires)